

De vizinhos a piqueteiros: movimentos de trabalhadores desempregados e grupos subalternos na Argentina recente

From neighbors to picketers: unemployed workers' movements and subaltern groups in contemporary Argentina

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n2p289>

Renake Bertholdo David das Neves

Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Brasil

A partir da década de 1980, para as frações mais débeis dos grupos subalternos urbanos na Argentina, o bairro torna-se espaço vital – o único – de ação e organização política. Este artigo pretende analisar as significativas mudanças que o surgimento e o desenvolvimento dos Movimentos de Trabalhadores Desempregados (piqueteiros), a partir de meados dos anos 1990, operam na ação e no pensamento político desses setores populares, ainda que o bairro siga sendo a espinha dorsal da organização política desses grupos. Avaliamos que os MTD argentinos expressam, de forma significativa, várias facetas da reconfiguração da relação entre capital e trabalho no capitalismo contemporâneo (pós-1970). As reflexões apresentadas aqui derivam de nossa pesquisa de doutorado, cujas fontes foram documentos produzidos por MTD – jornais, periódicos, panfletos, comunicados – e entrevistas temáticas e de história de vida realizadas com trabalhadores desses movimentos.

Palavras-chave: grupos subalternos; movimentos de trabalhadores; consciência política.

Since the 1980s, in Argentina, the neighborhood becomes the vital space – the only one – of political action and organization for the most fragile fractions of subaltern groups. This article intends to analyze the significant changes that the raise and development of the Unemployed Workers Movements (picketers) operate, since the late 1990s, in the political action and thought of this popular sectors, even though the neighborhood still remains the backbone of their political organization. We understand that the Argentinean MTD express, in many ways, multiple aspects about the reconfiguration of the relation between labor and capital in contemporary capitalism (post-1970). The discussion presented here derives from the research for our PhD degree, whose sources were documents produced by MTD – papers, journals, pamphlets, releases – and thematic and life history interviews with those movements' workers.

Keywords: subaltern groups; workers' movements; political conscience.

Introdução

Os Movimentos de Trabalhadores Desempregados (MTD) começam a surgir na Argentina a partir de meados da década de 1990 – entre 1994 e 2005, as taxas de desemprego se mantiveram na casa dos dois dígitos (INDEC). De acordo com análise da CEPAL, a partir dos anos de 1990, na Argentina combinaram-se acentuado crescimento do PIB por habitante, forte queda da inflação, elevado desemprego e aumento da pobreza. A economia, entre 1989 e 1999, cresceu 50% – principalmente na primeira metade dos anos 90 – e a PEA, 30%. Contudo, o número de desempregados incrementou-se em 146% (RAPOPORT, 2000, p. 1020). No ano de 2001, a taxa de desemprego alcan-

çou alarmantes 18,3% da PEA. No ano seguinte, 22% da força de trabalho na Argentina encontrava-se desempregada, além de outros 19,3% estarem em condições de subocupação (INDEC, CEPAL).

Os primeiros MTD surgiram no interior do país, sobretudo nas províncias amplamente afetadas pelas privatizações e pela redução do quadro dos funcionários públicos empreendidas durante o primeiro governo de Carlos Menem (1989-1995). Os piquetes tornaram-se para essa parte da classe trabalhadora, alijada dos espaços produtivos formais, o recurso mais intenso de que dispunham para criar um espaço de negociação, para que suas demandas ganhassem visibilidade (SVAMPA; PEREYRA, 2004). Os integrantes dos MTD ficaram mais conhecidos como *piqueteiros*. Logo, as organizações de trabalhadores desempregados começaram a se estender também a bairros populares periféricos de grandes cidades – Rosario, Santa Fé, Córdoba – e a partir de 1998, e com força crescente nos anos que vão de 2000 até 2002, instalaram-se na Grande Buenos Aires, epicentro político do país (BERGEL, 2003).

Se no interior argentino o desemprego abateu-se, notoriamente, sobre trabalhadores que construíram suas trajetórias de vida amparadas em uma carreira estável, que em determinados casos ultrapassava gerações numa mesma família, nos grandes centros urbanos da Argentina o cenário era diferente: o contexto de desestruturação social foi sendo construído desde meados da década de 1970, com o processo de reestruturação dos setores econômicos, de alterações nas relações de trabalho, de crescimento da concentração de renda e de aumento da pobreza a que foi submetido o proletariado argentino, tanto nos setores mais populares quanto nos de rendimento médio. O setor informal de trabalho tornou-se cada vez mais um *refúgio*, como é comum em outros países latino-americanos, assumindo um caráter diferente do que possuía até então na Argentina (SVAMPA; PEREYRA, 2004). Na década de 1990, contudo, inclusive a precária sobrevivência por meio do mercado informal de trabalho tornou-se ainda mais difícil.

Características gerais dos MTD

A variedade de tendências políticas no seio do movimento de trabalhadores desempregados argentino é patente. Os estudos sobre piqueteiros tendem a eleger certos critérios para classificar as diferentes organizações em grupos que tenham algumas afinidades de ação política¹. Há distintas correntes que preencham um largo espectro da esquerda. Divergem sobre questões variadas, como a importância estratégica atribuída aos processos eleitorais das democracias

1 Ver, por exemplo, SVAMPA; PEREYRA (2004), MASSETTI (2004) e MAZZEO (2004).

representativas ou o que qualifica um “trabalho digno”. Contudo, todos estão de acordo em um ponto: refutam veementemente os princípios neoliberais.

A heterogeneidade no seio das organizações piqueteiras não se refere apenas à divergência entre as linhas de ação política, mas diz respeito também às bases sociais que conformam os MTD. Parte significativa dos que integram essas organizações é de jovens que muitas vezes nunca tiveram oportunidade de acesso ao trabalho formal e de mulheres que, até então, apenas conheciam o trabalho doméstico. Entre os não tão jovens, há também diferenças importantes na maneira em como estes se inseriram no mercado de trabalho, e esses contrastes podem variar muito de acordo com as zonas geográficas a que pertencem suas vivências.

Em meio a esse crisol de trajetórias laborais e políticas, as organizações piqueteiras conseguiram construir uma experiência que acabou por definir um repertório de ação comum, segundo Svampa e Pereyra (2004), erigido em torno de quatro eixos: os próprios piquetes; a dinâmica decisória de assembleia; a inscrição territorial e as *puebladas* (mobilizações massivas das comunidades onde se assentam os movimentos como forma de pressão contra o Estado). Ainda assim, cada um desses eixos adquire algumas características específicas importantes que assinalam as diferentes concepções políticas que grassam entre os MTD.

As demandas frente ao Estado são por alimentos, planos de emprego, subsídios de desemprego, manutenção dos serviços básicos de gás e luz e isenção de impostos para desempregados e aposentados. Os piquetes, que podem durar vários dias, igualmente assumem uma significância para a luta desses grupos que vai além do reivindicativo e da força de seu poder de barganha, pois também possibilitam uma vida comunitária intensa, como aponta Ferrara. No piquete concentram-se famílias inteiras, com filhos pequenos e até animais de estimação. Durante o tempo do piquete, cuida-se das barricadas de pneus inflamados, monta-se guarda, assim como se cozinha, promovem-se rodadas de mate²...

Massetti chama a atenção para outro importante aspecto do piquete: se no interior ele representa a capacidade de emergência simbólica de ações políticas, a partir de pequenos povoados do interior argentino, nos grandes centros urbanos ele traveste o outro lado do caráter de “inscrição territorial”, ao romper a “muralidade” imposta aos grupos subalternos que habitam as vilas de emergência e bairros pobres das cidades. Estes sujeitos intervêm no espaço urbano adquirindo visibilidade e gerando um feito político em si (BIALAKOWSKY et al., 2001; MASSETTI, 2004).

2

Cf. FERRARA (2003) sobre a função de socialização do piquete.

Para além do piquete

Um documento do MTD Almirante Brown (Grande Buenos Aires) discorre sobre a construção política da sua organização:

[...] a construção se expressa também nos bloqueios de estradas, já que nesses se implanta um “controle próprio dentro do território”, a cargo dos piqueteiros e das famílias que integram o Movimento. Assim, nos piquetes são levadas a cabo refeições comunitárias, são realizadas atividades de primeiros socorros etc. Em suma, por assim dizer, o bairro é levado para a estrada. É a construção diária, então, que se materializa no momento do piquete, que expressa um caso particular, e não a totalidade da luta. (MTD ALMIRANTE BROWN, 2003)³

Vemos no excerto transcrito que o piquete é considerado uma unidade importantíssima da luta dos piqueteiros, mas não exprime a totalidade de sua luta. O desenvolvimento dos MTD foi muito além dos piquetes.

Num primeiro momento, as organizações de desempregados formam-se por necessidades de mera subsistência, e essas demandas impõem-se no cenário destas organizações. Mas essas mesmas necessidades, em pouco tempo, impulsionaram a busca pela (re)criação de novas formas de articulação econômico-sociais no contexto argentino contemporâneo de *dissolução social*, que tem dois grandes marcos: a ditadura militar que se iniciou em 1976 e a adoção das diretrizes do Consenso de Washington na década de 1990.

No trecho do documento destacado logo acima, chamamos a atenção para a seguinte descrição do piquete: “por assim dizer, o bairro é levado para a estrada”. As atividades que se desenvolvem nos bairros onde estão encravados os MTD são constituídas, sobretudo, pelas assembleias e pela “inscrição territorial”. Esta última se expressa por meio do trabalho comunitário e dos chamados projetos produtivos.

O primeiro [piquete] que organizamos foi meio improvisado e alguns companheiros foram detidos. Pouco a pouco foi se tornando evidente que havia surgido um novo método de luta. Porém, o mais importante é que fomos crescendo; *começamos a montar oficinas de produção, a fazer capacitação, educação popular, e todas essas coisas que são mais importantes do que estar na estrada*. Porque estar na estrada é o que se vê, e aparece como se ali estivesse tudo, mas a luta é fundamentalmente tudo o que vínhamos fazendo antes. Na verdade, se saíamos para a estrada é porque já estávamos organizados.

3 Todos os trechos citados de entrevistas, documentos e obras em língua estrangeira foram, no presente texto, traduzidos por nós.

(MTD SOLANO y COLECTIVO SITUACIONES, 2002, p. 55; grifos nossos)

E é sobre os âmbitos de sociabilização sustentados nos bairros pobres da Grande Buenos Aires (GBA) pelas organizações piqueteiras que recai a ênfase de nossa análise sobre os MTD no presente artigo.

Território e (re)politização

Os trabalhadores desempregados das organizações piqueteiras iniciam e consolidam suas lutas políticas a partir do espaço do bairro. Não é novidade a importância do local de moradia na determinação da consciência e da ação política do proletariado. Mas as relações dos trabalhadores com os locais onde residem foram se transformando ao longo da história do capitalismo, assim como a própria forma que estes locais assumem.

Eric Hobsbawm já destacou a evolução na habitação como um dos três grandes fatores que afetaram as condições de vida dos trabalhadores ingleses após 1870⁴. Hobsbawm assinala a importância de que maiores e melhores casas eram então construídas e, sobretudo, do crescimento de ruas e distritos segregados de operários. Essa *suburbanização* da classe trabalhadora “tendia a desgastar ou romper uma das ligações mais fortes da comunidade trabalhadora, a que existia entre o local onde as pessoas viviam e trabalhavam [...]. Em 1905 o LCC [*London Chamber of Commerce*] estimava que 820 mil indivíduos faziam longas viagens diariamente para trabalhar em Londres” (HOBSBAWM, 1999, p. 100). A crescente segregação residencial foi um dos principais componentes do processo que marcou “um modelo nacional único, claramente padronizado da vida da classe operária: e, ao mesmo tempo, cada vez mais específico a ela” (*Ibidem*, p. 103).

Os espaços urbanos “destinados” às moradias dos setores subalternos da população, em nível mundial, assistem ao crescimento do processo de segregação residencial ocorrido em fins do século XIX na Inglaterra que Hobsbawm nos aponta, e contribui com destaque para a constituição da consciência de classe do proletariado urbano.

Michelle Perrot qualifica como traumático para a classe trabalhadora de Paris o que se costuma chamar de haussmannização – “essa operação conjunta de política e higiene que consiste em desafogar o centro da capital (ela foi imitada em outros lugares; trata-se de uma política urbana geral) pelo duplo movimento das aberturas de vias de circulação e alta dos aluguéis, gerado

4

Cf. Eric Hobsbawm, “O fazer-se da classe operária, 1870-1914” In: *Pessoas extraordinárias*, 1999.

pelas demolições” (PERROT, 2010, p. 119), uma vez que, segundo a historiadora, “a ambição operária se inscreve no coração das cidades. É lá, no centro de tudo, que se tem de viver e morar” (*Ibidem*, p. 119)⁵. Os trabalhadores de Paris (nativos ou migrantes) condenaram a alteração da cidade, “o seu criminoso estripamento e a rejeição dos operários à periferia” (*Ibidem*, p. 120) e resistiram à mudança por longo tempo. Paris, nas últimas décadas do século XIX, encontrava-se dividida em duas: “a cidade operária do Leste, a cidade burguesa do Oeste, com interesses e rituais opostos. (...) o centro escapa ao povo” (*Ibidem*, p. 122). O urbanismo, através do controle da circulação dos fluxos e da especialização dos espaços, progressivamente canaliza a multidão e a disciplina. E a distância sempre maior entre local de trabalho e local de domicílio leva à valorização do “lar”.

A Buenos Aires de fins do século XIX e início do século XX já pode ser definida como uma cidade burguesa, e a crescente separação do espaço urbano em uma área burguesa e uma área proletária faz-se bastante nítida, assumindo dinâmicas que seguem os impulsos dos ciclos econômicos e sociais.

Nesse momento fundador de uma identidade de classe entre os trabalhadores na Argentina, as casas próprias, as casas de aluguel e os cortiços (*conventillos*) foram as principais formas de habitação do proletariado em Buenos Aires nessa primeira fase da industrialização no país.

Os cortiços estavam presentes em vários bairros de Buenos Aires, dos populares La Boca e San Cristóbal, onde podiam ser o tipo de moradia predominante, ou nos mais elegantes Palermo ou Bairro Norte, onde eram minoria; ainda assim, não é possível falar em um bairro específico formado apenas por cortiços. Situavam-se em áreas próximas ao centro, isto é, ao local de trabalho.

Adquirir uma casa própria significava comprar um terreno ou precárias casas a prestações em locais afastados do centro. De acordo com Norberto Ferreras, “a primeira fase na formação do bairro é denominada de vizinhança e coincide com o primeiro período de suburbanização de Buenos Aires (1895-1915), cujo efeito foi a diminuição da densidade populacional nos distritos centrais da cidade e os deslocamentos para os subúrbios” (FERRERAS, 2001, p. 51-52).

As reformas urbanas efetivadas em Buenos Aires na época assistiram à ampliação dos limites da cidade, que passava a ter uma reserva de espaço para o crescimento populacional e físico, permitindo remover da região central da cidade, em prol do embelezamento e dos preceitos higienistas, a população indesejável composta por operários, imigrantes pobres e demais setores subalternos. Esta “reserva” espacial, no entanto, exauriu-se antes do previsto e

5 Michelle Perrot, op. cit., 2010, p. 119.

as municipalidades em torno da Capital Federal começaram a absorver importantes contingentes populacionais, sobretudo San Isidro, Vicente López, Tres de Febrero, Morón, La Matanza, Avellaneda e Lomas de Zamora. Ferreras assinala que esta não era uma opção desejável para os recém-chegados à cidade, e muito menos para seus antigos moradores, que consideravam degradante o fato de morar longe do centro (*Ibidem*).

A segregação espacial urbana que se delineou em Buenos Aires constitui elemento fundamental na formação da classe trabalhadora. Ferreras assinala que nestes importantes espaços de classe de Buenos Aires, nitidamente segregados dos espaços burgueses, as ideias socialistas e anarquistas medraram. Cortiços, bairros de choupanas e precárias e humildes casas tornaram-se sedes das primeiras instituições operárias e permitiram o surgimento de outras instituições, “baseadas no reconhecimento de pertencer a um grupo diferente dos proprietários e patrões, e que representariam os seus próprios interesses políticos e culturais, como bibliotecas, grupos teatrais e locais políticos” (*Ibidem*, p. 117).

Os estudos de Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero (2007) acerca da tradição cultural dos trabalhadores na Argentina no período entreguerras defendem que, nesse período, a identidade trabalhadora e contestadora forjada entre 1880 e 1910 foi se dissipando, e a reconstrução dessas identidades coletivas realizou-se no marco das novas sociedades de bairro, resultantes da expansão das edificações e do deslocamento de vários trabalhadores para as periferias urbanas. Nessas zonas despovoadas podiam comprar um lote de terra e começar a construir uma habitação própria.

Essas sociedades de bairro [...] foram sociedades em construção, quase de fronteira, onde as prementes necessidades do grupo pioneiro, que tentava transformar um lugar despovoado em um pedaço da cidade, impulsionaram à associação, ao trabalho coletivo, à colaboração, transformados em orgulho pelas conquistas – quiçá uma rua pavimentada – e um espírito de emulação. Eram sociedades singulares, certamente diferentes das velhas *barriadas* operárias do centro ou da Boca. Distantes dos lugares de trabalho, [...] eram os âmbitos do tempo livre, que aumentava ao reduzir-se a jornada de trabalho, e da vida em família, que se modificava quando a mulher podia deixar de trabalhar e quando a família dispunha de uma habitação que fosse algo mais que um cômodo comum ou um quarto de cortiço. (GUTIÉRREZ; ROMERO, 2007, p. 13-14)

Na avaliação de Gutiérrez e Romero no contexto das novas experiências da sociabilidade no bairro, constituiu-se uma nova identidade dos “setores populares”, mais conformista e reformista, uma vez que se teria centrado não

no trabalho, mas nas horas que se seguiam a este, boa parte delas passada no bairro.

A importância da sociabilidade nos locais de habitação para a constituição das formas de ser do proletariado é, portanto, incontestável – em âmbito mundial, seja nos países pioneiros da Revolução Industrial, seja na periferia do capitalismo.

Para entender o surgimento dos MTD nas grandes cidades argentinas é fundamental conhecer o fenômeno da *ocupação irregular de terras em bairros populares periféricos* que começa a tomar corpo a partir do fim da ditadura militar e se intensifica durante a presidência de Raúl Alfonsín (1983-1989), decorrente da pauperização e da transformação das condições de politização dos grupos subalternos – são os chamados *assentamentos*.

[...] à medida em que se agravam as condições de vida das classes populares e se acentua a distância com o mundo do trabalho formal, a militância territorial irá se revestir com novas dimensões [...]. A experiência das organizações de desempregados se inscreve num modelo de ação territorial que, em alguns casos, remete a uma história prévia, ligada à luta pela propriedade da terra e a organização da vida no bairro em torno dos serviços básicos (pavimentação, água, energia elétrica, posto de saúde, entre outros). (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 39)

Tal luta pela propriedade de terrenos urbanos teve início na zona sul da GBA, e estendeu-se pela conurbação como uma forma de luta por moradia popular. Um amplo movimento de organizações de bairro desenvolveu-se no lastro da constituição desses assentamentos. Num primeiro momento, essas organizações orientavam-se com o objetivo de construir um bairro (isto é, um hábitat “normal”, em oposição ao que representam as vilas de emergência) e promover uma estrutura de solidariedade territorial. Posteriormente, manifestavam-se em relação ao poder Executivo ou a Organizações não Governamentais (ONG) com o intuito de conseguir intervenções institucionais que poderiam favorecer a realização de um projeto de “inscrição social territorializada” (uma escola, uma cantina, ou um posto de saúde, por exemplo) e minimizar o impacto do empobrecimento.

Denis Merklen (2005) constata que desde os anos 80 do século passado, o segmento mais precarizado do proletariado viu-se diante do desafio da reconstrução de sua sociabilidade, a qual passou a se pautar por uma *inscrição territorial*. É no plano local, em seus bairros mais especificamente, que estes grupos subalternos irão organizar sua participação política, criando novos repertórios de ação, a fim de fazer frente à deterioração de sua situação

socioeconômica em um contexto de desestruturação de sociabilidade⁶. Os assentamentos e suas organizações estão inscritos dentro da dinâmica da *inscrição territorial*. Assinalam uma nova estrutura de relações políticas no seio do proletariado urbano em seus segmentos mais subalternos, mais afetados pela precarização do mercado de trabalho (*Ibidem*). O bairro torna-se espaço vital – o único – de ação e organização desses setores populares.

Qual o contexto que levou os setores mais débeis dos grupos subalternos urbanos à necessidade de reconstruir sua sociabilidade, inclusive no que tange à ação política?

Na sociedade argentina, a partir da década de 1940, com o fenômeno do peronismo, a organização política dos trabalhadores argentinos passou a se estruturar sobre a base de uma estreita relação entre seus aparelhos políticos e sindicais e o Estado, e essa relação exercia impacto direto sobre a organização da própria vida cotidiana dos trabalhadores.

Constituiu-se, assim, uma sociedade integrada em torno da questão do emprego, que permitiu uma estabilização das condições de vida dos trabalhadores por meio da extensão do assalariamento e da constituição de um conjunto de mecanismos de proteção social erigido em torno do Estado e dos sindicatos – processo histórico similar ao que Robert Castel denomina de “sociedade salarial”, constituída na Europa Ocidental (CASTEL, 1998).

A partir da década de 1980, os sindicatos continuam canalizando a maior parte das mobilizações políticas na Argentina, porém, uma parte significativa daqueles que necessitam concorrer ao mercado de trabalho formal para garantir seu sustento não consegue se inserir da mesma forma que antes e as ações perpetradas pelos sindicatos tradicionais nas últimas três décadas pouco diziam respeito às suas condições de vida. Por sua vez, o peronismo, por meio do partido, rompe com o papel de representante da classe trabalhadora argentina que assumira a partir da década de 1940. Seguindo o movimento de elidir a questão social constituída em torno do trabalho e das políticas de classe, passa a se dirigir aos “pobres” em vez de aos “trabalhadores”.

O Partido Justicialista reconstrói seu laço com os grupos subalternos através do controle e da manipulação dos recursos estatais nas várias províncias e municipalidades, dentro da orientação de agências internacionais de fomento e multilaterais de crédito para a América Latina. Tais diretrizes visam à mo-

6 Gostaríamos de fazer uma advertência: alguns de nossos entrevistados pertencem a um MTD constituído na capital federal, numa vila de emergência (equivalente às favelas no Brasil) – MTD Lugano. Apesar de algumas diferenças que essas origens habitacionais podem trazer à constituição política do movimento, essas diferenças não importarão muito para o que queremos analisar. Para nossa análise, é relevante o fato de que as condições materiais precárias de vida são parte da realidade de ambos os espaços e que o local de moradia constitui o único âmbito de sociabilização política e de solidariedade de classe. Assim posto, apesar da diferença da constituição histórico-urbana entre assentamentos e vilas misérias, suas histórias entrecruzam-se de várias formas.

dernização do Estado via políticas sociais descentralizadas e focalizadas. A reorientação das políticas sociais do Estado também se guia por uma incorporação ativa das organizações de base territorial. Esse espécie de “assistencialismo participativo”, de acordo com Gabriela Delamata, surge como estratégia na administração peronista da província de Buenos Aires e demais municipalidades da GBA a partir de 1987. É sintomático que nesse mesmo ano, o Partido Justicialista levaria a frente um processo de transformação organizacional que objetivava dismantelar os tradicionais mecanismos de participação sindical na vida partidária e sua substituição pelo sistema de eleição direta de líderes e candidatos (DELAMATA, 2004).

Os políticos dos poderes provinciais e municipais exercem o controle e a distribuição dos recursos públicos, de forma que se generalizou uma prática de trocas de favores, a partir do âmbito político, como vínculo organizativo dominante. A ação de Eduardo Duhalde (PJ) à frente da província de Buenos Aires durante três governos sucessivos (1991-1999) foi emblemática nesse sentido. No marco das políticas sociais descentralizadas, o Conselho da Família⁷, criado em 1993, alavancou nos bairros populares da província a figura das *manzaneras*⁸, que se institucionalizaram como a maior rede assistencial ligada ao peronismo. As *manzaneras* são mulheres que, voluntariamente, procedem à distribuição diária de alimentos por quarteirões do bairro. Não têm relação formal com o PJ, mas são recrutadas, na prática, das redes informais peronistas nos bairros⁹. Svampa assinala que a criação de uma rede de *manzaneras* originou uma reorganização da política em função do mediador de bairro (SVAMPA, 2007).

No mesmo contexto, também há que ser destacado o crescimento exponencial na GBA, a partir da década de 1990, da atuação dos *punteros políticos*, espécie de cabos eleitorais permanentes e residentes nos bairros. Suas agências, as “unidades básicas”, desenvolveram várias ações de assistência social: distribuição direta de bens e remédios a seus membros, participação na implantação de planos sociais governamentais, provisão de empregos, etc. Porém, assinala Delamata, atividades políticas de tipo não-eleitoral foram algo raramente promovido no âmbito das unidades básicas pelos *punteros* (DELAMATA, 2004).

Mazzeo compara o papel do *puntero* ao do sindicalista burocrata, com a diferença de que este exerce seu controle no interior das relações de produção, enquanto aquele exerce o seu domínio em territórios social e economicamente

7 Esses conselhos estavam a cargo da mulher do governador, *Chiche* Duhalde.

8 O nome *manzanera* provém de *manzana*, que significa “quarteirão” em castelhano (e também “maçã”).

9 Ver DELAMATA (2004) e MERKLEN (2005). Segundo Merklen, em 2004, o número de *manzaneras* girava em torno de 30.000, sendo 2.400 a quantidade de bairros contemplados com a ajuda alimentar. O programa recebia 200 milhões de dólares por ano.

segregados, onde a luta de classes tende a se dissipar em múltiplos planos (MAZZEO, 2004)¹⁰.

Vimos anteriormente como a segregação espacial urbana nas grandes cidades foi importante no processo de constituição do sujeito da classe trabalhadora desde fins do século XIX. Todavia, a segregação urbana que se opera no capitalismo contemporâneo (pós-1970) insere-se em outra dinâmica de luta de classes, e os bairros populares transformaram-se em espaços em que forjar uma identidade em torno da classe tornou-se mais difícil.

[...] os núcleos urbanos segregados também estão atravessados pela crise atual da matriz simbólica e coletiva dos fundamentos da sociedade industrial tradicional. Essa crise, assim como a instalação e internalização de uma nova matriz, implica novas fontes de sofrimento subjetivo e social. As dificuldades para a gestação dos atores coletivos com formações de identidade estruturadas por eixos diferentes das ocupações laborais nos introduzem em novas formações sociais e discursivas [...]. A classe, como categoria coletiva, vê-se diluída nas possibilidades individuais de participação no mercado. (BIALAKOWSKY et al., 2001, p. 70)

Merklen compara a organização política da inscrição territorial com a “lógica do caçador”. Os caçadores não se orientam pela programação das colheitas anuais, realizadas de acordo com os ciclos da natureza; também não desenvolvem meios de armazenamento ou acumulação para sobreviver durante os períodos de má colheita. Vivem do que seu habitat pode oferecer, portanto, conhecem perfeitamente seu território e desenvolvem estratégias eficazes a fim de conseguirem uma presa. Sua relação com o meio é imediata. Ao contrário dos agricultores, os caçadores não controlam a reprodução.

É surpreendente ver a versatilidade, a “flexibilidade” e a capacidade de empreendimento dos dirigentes de bairro, pois devem se dirigir à instituição da qual “precisamente hoje” podem conseguir algo: a prefeitura no inverno, uma ONG estrangeira este ano, uma igreja no outono, o partido Blanco para os projetos de habitação ou o Colorado para os relacionados com a alimentação, e a Frente Ampla para tudo o que concerne ao município.

Desta maneira, os habitantes são obrigados a se moverem dentro de uma lógica de “caçadores”: espreitando permanentemente a presa para levá-la ao bairro. Encontram-se em um meio rico de possibilidades e ocasiões devidas à complexidade do sistema institucional e pela natureza da competição do jogo político.

10 Cf. Miguel Mazzeo, op. cit., 2004.

Não obstante, não podem se inscrever em sistemas de regulação estabilizados pelo Direito e pela inscrição institucional. (MERKLEN, 2005, p. 143)

O fenômeno designado por inscrição territorial não deve ser tratado como um processo de despolitização dos grupos subalternos ou da sociedade civil – deve ser entendido como um processo de repolitização, que passa por uma nova perspectiva de coletivização¹¹. A repolitização baseada no que Merklen qualificou como “lógica do caçador” está inserida na dinâmica política das democracias parlamentares contemporâneas e de seus debates em torno de questões que buscam encobrir as contradições de fundo reveladas pela “grande política”, isto é, aquelas relacionadas “à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 2000, p. 21), que dizem respeito diretamente aos interesses de classe e de disputa pela hegemonia. E é grande política reduzir o debate político à “pequena política”, que é essa pela qual os grupos subalternos são estimulados a pautar suas ações, sem conseguir perceber que a última é determinada pela primeira. O desenvolvimento da rede de *punteros* e *manzaneras* contribuía para que os espaços de interação conflituosos ficassem atomizados e distantes do centro das decisões da grande política, constituindo um significativo exemplo do que representa a redução dos grandes conflitos à pequena política.

Os piqueteiros e a ressignificação da inscrição territorial

Nossa análise aponta que o cenário político descrito acima será alterado pelo surgimento e desenvolvimento dos movimentos piqueteiros.

A luta pela propriedade da terra e pela instalação dos serviços básicos na esfera do bairro continuará fazendo parte da mobilização levada a cabo pelos MTD. Uma referência do MTD Lugano, um dos poucos movimentos piqueteiros com base na Capital Federal, leva-nos para uma visita pela vila de emergência (ocupações urbanas que correspondem às favelas brasileiras) onde vive e onde a organização se constrói, apontando-nos as mazelas do lugar. Para além das casas muito rudimentares, muitas sem piso e construídas com chapas de ferro cheias de buracos, sofríveis tanto no verão quanto no inverno portenhos, têm que lidar com um cemitério de automóveis contaminando, com chumbo, a água do local.

Também a situação de vida que nós temos aqui dentro, vivendo em um bairro assim. Temos muitas impossibilidades em todas as coisas: de saúde, de educação, de trabalho, porque também

11

Para um aprofundamento sobre a questão repolitização x despolitização, ver Neves (2005).

há muita discriminação... Por aí, aqui não chega em 15 minutos uma ambulância, não chega em cinco minutos um caminhão de bombeiro... São essas situações que nós temos que enfrentar, e isso, a luta é contra tudo isso. (PÉREZ, 2008)¹²

A politicidade dos piqueteiros, contudo, irá além da luta que se constituiu em torno dos assentamentos. Mais precisamente, a luta em torno da moradia estará unida intrinsecamente à luta pelo acesso digno ao mercado de trabalho.

Dos fatores que impulsionam o processo de inscrição territorial típico dos piqueteiros, o principal e basilar parece ser a necessidade de dar conta das necessidades básicas insatisfeitas dos integrantes das organizações, mas muitas vezes também de *moradores do bairro* que não conformam o movimento; se os subsídios criados e concedidos pelo Estado para responder à pressão das ações políticas dos piqueteiros não são suficientes para que os desempregados que os recebem satisfaçam essas necessidades, imagine para aqueles que não conseguem os chamados “planos” (como são designados esses subsídios estatais destinados aos MTD)?

As organizações piqueteiras, desde o início de sua constituição, lutaram arduamente para sustentar suas atividades com independência da estrutura clientelista municipal, especialmente aquelas autônomas, que não contam – por opção – com suporte de partidos políticos ou sindicatos, assentadas, sobretudo, na zona sul da conurbação bonaerense, como o MTD Solano, o MTD Almirante Brown e outros que integram a Frente Popular Darío Santillán (FPDS), e também o Movimento Teresa Rodríguez (MTR)¹³. Várias eram as situações de subordinação e abusos impostas aos desempregados.

E isso sempre se escutava, que aqui, os *punteros* políticos, os *punteros* dos bairros daqueles que governam na hora, eles têm mais acesso para ter jalecos, essas coisas, em quantidade. Então, trabalhavam “punteralmente”, ou seja, eu te dou um jaleco, mas você me dá seu nome, seu endereço, o número do seu documento, seu sobrenome, tudo, e acontece que você está

12 PÉREZ, D. (MTD Lugano). Entrevista de história de vida concedida ao autor. Buenos Aires, março de 2008.

13 A FPDS nasce em 2004 congregando diversos tipos de movimentos (estudantis, direitos humanos, e majoritariamente, Movimentos de Trabalhadores Desempregados), que não necessitam coincidir ideologicamente de forma estrita, embora o anticapitalismo, o anti-imperialismo e a construção do poder popular sejam premissas necessárias para aderir à Frente. Importantes organizações piqueteiras a integram; grande parte delas foi pertencente à Coordenação MTD Aníbal Verón, que reunia organizações piqueteiras defensoras da autonomia em relação a partidos políticos e sindicatos e ao Estado e do intenso desenvolvimento do trabalho territorial. Almirante Brown é um município da GBA; Solano é um bairro, cujas origens remontam ao assentamento, situado na municipalidade de Quilmes (GBA). Aníbal Verón foi morto pelas forças policiais, na província de Salta, em novembro de 2000, durante um protesto de trabalhadores que foram demitidos de uma empresa de ônibus, após sete meses de salários atrasados. Teresa Rodríguez foi atingida por um disparo proveniente de um corpo de 22 efetivos da polícia provincial durante uma manifestação (*pueblada*) em Neuquén, em abril de 1997, organizada em defesa das reivindicações trabalhistas dos docentes da província e contra o desemprego. Morreu pouco depois de dar entrada no hospital, aos 24 anos.

afiliado a um partido político. [...] E usam isso assim, fazendo assistencialismo. (YBARRA, 2008)¹⁴

Os *punteros* reagiriam violentamente, com o intuito de intimidar os piqueteiros, vistos por aqueles como concorrentes de sua influência política no espaço do bairro.

Como muitas organizações do campo popular, o MTDQ [MTD Quilmes] tem *companheir@s* que foram ameaçados e oprimidos por *punteros* políticos. Estamos convencid@s de que as ameaças recebidas vêm da parte de partidos políticos que representam os grupos econômicos. Estes alcaguetes dos *empresari@s* não suportam que *@s* trabalhador@s desempregad@s nos organizemos por nossa conta, sem aceitar atitudes clientelistas, decidindo em assembleias de bairro, aonde cada vizinh@ tem voz e tem direito a votar. (MTD QUILMES, 2002, p. 6)

Os subsídios “arrancados” do Estado mediante a luta coletiva serão fundamentais para desenvolver a inscrição territorial piqueteira, que se baseia nos trabalhos comunitários e projetos produtivos – “Os planos são a realidade a partir da qual podemos nos organizar. Ou seja, não temos a possibilidade de ocupar uma fábrica” (MTD SOLANO y COLECTIVO SITUACIONES, 2002, p. 56).

Os empreendimentos produtivos referem-se mais propriamente àquelas tarefas que se debruçam sobre a produção de bens materiais que podem, inclusive, ser destinados à comercialização, como padarias, hortas, olarias, oficinas de costura, para citar os mais frequentes. Os trabalhos comunitários compreendem afazeres de espectro mais amplo e que buscam coordenar os integrantes para resolver uma série de dificuldades e deficiências enfrentadas por eles mesmos e vizinhos do bairro, abarcando oficinas de educação popular, bibliotecas, salas de saúde, refeitórios comunitários. Há outros grupos de trabalho, que são mais diretamente ligados à organização estrutural do movimento, como os de Imprensa, de Formação Política, Administração, Economia, Segurança etc. Os projetos produtivos e os trabalhos comunitários muitas vezes se complementam. Assim, desenvolvem-se grupos de trabalho que organizam refeitórios comunitários, os quais funcionam todos os dias a partir do recebimento dos alimentos do governo e também do que se produz nos projetos como horta e padaria; cooperativas para construção ou reforma de habitações ou de canalização da rede de água ou de esgotos, que podem usar materiais produzidos pela organização, como tijolos ou cerâmica; salas

14 YBARRA, A. (MTD Almirante Brown). Entrevista de história de vida concedida ao autor, Almirante Brown/GBA, março de 2008.

de saúde que ajudam na prevenção e também na cura de doenças como diabetes ou desnutrição; roupeiros, que recolhem roupas usadas, reparam aquelas que necessitam e as repartem depois; oficinas de educação popular para crianças, jovens e adultos, que abrangem desde alfabetização a formação política.

É por isso que adquirem vital importância a Comissão de Alimentos e a Comissão de Saúde, que junto com as Comissões de Gestão, de Administração, Finanças, Educação e Imprensa tratam de melhorar dia a dia o MTDQ, através de suas tarefas específicas e do trabalho comunitário em nossos Empreendimentos Produtivos, para poder começar a buscar as soluções que o governo municipal, provincial e nacional não nos dá.

[...] Atualmente, no MTDQ, funcionam fornos e hortas [...]. Também funcionam roupeiros e oficinas [...]. Ademais, para combater o problema que representa a falta de educação, levamos a cabo oficinas de alfabetização, apoio escolar, oficinas de arte popular, oficinas de ofício, oficinas de prevenção do HIV, de lactantes, de nutrição, e de primeiros socorros. (MTD QUILMES, 2002, p. 6)

A resolução individual de se integrar a um movimento de trabalhadores desempregados não é fácil, mesmo quando a intenção era apenas conseguir um plano e participar de atividades políticas como o piquete apenas para figurar na lista dos candidatos a receber algum dos planos do governo.

Participando nas distintas instâncias de sociabilidade proporcionadas pelo movimento, em meio à heterogeneidade política e geracional – já destacadas mais acima –, que permitiu uma rica troca de experiências de vida e expectativas, muitos começaram a construir uma concepção de mundo distinta daquela a que estavam acostumados. No piquete, no serviço comunitário realizado nas diversas comissões do movimento, nos projetos produtivos, nas assembleias, nos espaços de formação política, os entrevistados passaram por circunstâncias que permitiram experiências inéditas para uma vasta camada dos grupos subalternos, que possuía um limitado mundo de sociabilização para além daqueles conferidos pelo trabalho precarizado que exerciam. As organizações piqueteiras buscam (re)construir espaços onde sejam possíveis encontros sociais públicos em uma etapa do capitalismo em que as classes dominantes vêm lançando mão de estratégias para reduzir cada vez mais esses tipos de espaço em detrimento da ampliação dos âmbitos privados.

É notória, nos relatos a que tivemos acesso, a identificação de que o ingresso no movimento piqueteiro representou uma linha bem demarcada que separa suas concepções de inserção política e social.

Antes da militância nas organizações piqueteiras, os entrevistados relatam um sentimento de repúdio às injustiças / iniquidades sociais, mas consideravam-se totalmente impotentes para lutar contra tal ordem de coisas, sobretudo entre aqueles que tiveram experiência no mercado de trabalho (formal ou informal), experiência que começava cedo, em geral por volta da adolescência ou pré-adolescência. Alguns até buscaram espaços para amenizar a angústia provocada por esse cenário, frequentando oficinas de educação popular ou mesmo as unidades básicas da rede *punteril* nos bairros.

E, por aí, todas essas coisas sempre me mobilizavam, mas não participava ativamente de nada. Por aí, participava em uma unidade básica, que são comitês peronistas, digamos. Me atraiu porque havia atividades, havia reforço escolar, todas essas coisas, havia recreação, todas essas coisas, lugares, assim, não? [...] Mas não militando para o peronismo, não?, mas como mais de fora, participando e fora, como uma vizinha, não como militante. (LOURENZO, 2008)¹⁵

Interessante notar, no trecho de entrevista citado acima, a diferença entre participar nas unidades básicas como “vizinha” e como “militante peronista”, o que nos indica diferenças referentes à qualidade da inserção política que ambas as posições representam. Ser “vizinho” remete a uma sociabilidade política ligada à primeira fase do processo de inscrição territorial dos grupos subalternos, antes da ascensão dos movimentos piqueteiros, mas que, ao mesmo tempo, não está integrado conscientemente à rede clientelista como um militante peronista – a situação do vizinho é mais acidental.

Muitos trabalhadores dos movimentos piqueteiros aludem a situações em que resolviam enfrentar as péssimas condições de trabalho, mas se encontravam sozinhos em relação aos colegas, que com medo de perderem o emprego ou algo do gênero, como serem rebaixados na hierarquia do emprego na empresa ou forçados a mudar para uma sucursal longínqua da empresa, cessavam as lutas de reivindicação no meio do processo ou nem mesmo as iniciavam. Alguns colegas os acusavam de perturbarem o andamento “normal” do trabalho. Os que iam até o fim encontravam dificuldades de compreensão no seio da própria família. Os sindicatos careciam de representatividade entre esses trabalhadores. Um integrante do MTR conta sobre sua experiência quando trabalhava em um frigorífico, com carga e descarga de caminhões:

As revoltas que fazíamos terminavam a favor do patrão, em que um tinha que escolher entre matar a família de fome ou... [...] Os companheiros escolhiam: não matar a família de fome

15 LOURENZO, C. (Movimiento Teresa Rodríguez). Entrevista de história de vida concedida à autora. Florencio Varela/GBA, março de 2008.

(rs), e os que dirigíamos ficávamos sempre de fora. [...] Porque lutas sindicais não havia, na década de 90 os sindicatos aqui não faziam nada, nada, nem nunca fizeram nada. Todas as lutas eram... não tinham apoio sindical, então eram individuais, entre muitos poucos. As pressões eram muitíssimas e custava muito organizar. Então, na maioria das vezes que sim, fazíamos algo, ficávamos dois, três de fora. [...] Isso trazia conflitos familiares. Bom, é difícil explicar para eles porque se fazia isso e, ainda por cima, eu não tinha explicação, não?, porque eu sabia que não estava bem, muitas vezes tinha que perder coisas para conservar a dignidade, mas não sabia explicar, então também tinha conflitos familiares, não?, Ir explicar para a mulher e para os filhos que ficou sem trabalho e que amanhã não tem o que comer, porque ensinaram pra gente que tem que baixar a cabeça e... que é melhor isso de antes do que nada. Mas, bom, como explicar quando não tem o argumento para explicar que isso não está bem? (OSVALDO, 2008)¹⁶

Entre donas de casa que nunca trabalharam fora nem participaram de nenhuma atividade política ou trabalho social – significativa parcela que integra o movimento –, expressava-se mais a visão de que a preocupação com o outro se estendia, no máximo, ao grupo familiar. Nota-se também que a participação nos movimentos piqueteiros fez com que elas se dessem conta do machismo de que eram vítimas e, ao mesmo tempo, reprodutoras, e adquirissem ferramentas para combatê-lo. O relato transcrito abaixo mostra como estava sendo a transformação nos hábitos, condutas e noções sobre papéis de gênero na família depois de que a informante e seu marido passaram a militar no MTD Lugano:

Ele era muito machista. Às 12 comemos, às oito jantamos, e não se pode dizer a ele que comida sai à uma da tarde, “Por que sai à uma da tarde se a hora da comida é às 12?” [...]

E a respeito do gênero, em casa também mudou um montão de coisas, porque Diosnel nunca lavou um prato, nunca lavou roupa, nunca varreu, nem cozinhou, nem nada, e cozinha espetacularmente agora. Eu fui a encontros de mulheres e ele ficou com as crianças... Fui a um acampamento de formação, em Córdoba, por 22 dias, e ele ficou com as crianças. Claro que ficou louco, mas, bem, ficou com as crianças...

Mas também foi uma experiência para ele se dar conta de que não é qualquer coisa ser mãe e dona de casa. Então... Sim, me lembro que quando tinha meus bebês, meus filhos ficavam com

16 Osvaldo (Movimiento Teresa Rodríguez). Entrevista de história de vida concedida à autora. Florencio Varela/GBA, fevereiro de 2008.

minha mãe, e ele não fazia nada. A casa, um desastre. Não varria, não lavava... [...] Volto do hospital, eu vim, e a pia cheia de talheres sujos... não foi capaz de lavar um prato, não foi capaz de arrumar a cama. Certamente a cama estava assim desde que eu fui embora e dormia assim e se levantava assim e voltava a dormir assim, sem fazer a cama. [...] mas, bem, por sorte... fizemos uma mudança aqui, apesar de que a família dele não está muito de acordo com o que nós fazemos e a minha também não. (GARCÍA, 2008)¹⁷

A mesma autora do depoimento acima discorre sobre como a experiência na organização lhes abriu o horizonte para pensar sobre seu posicionamento político.

E, bem, mudou bastante a gente, porque nós... ou seja, nesse tempo, tanto Diosnel como eu entendemos que não somos somente nós, que tem muita gente que necessita, que tem que fazer uma transformação social e que... por aí, nós não nos esquecemos dessa transformação social, não? Porque é bastante difícil. Na verdade, para fazer a transformação social, assim não mais, tem que ser uma revolução. [...] Às vezes, digo: não, porque estamos tão acostumados ao assistencialismo, estamos tão acostumados a que outros façam as coisas por nós, estamos tão acostumados a que alguém nos mande fazer as coisas, ou estamos tão acostumados a que, não sei, a que outros dirijam nossa vida. [...] E custa bastante fazer as pessoas entenderem essas coisas. Eu te digo que já faz cinco anos que estou tentando tratar de inculcar em muitos companheiros o que nós definimos por nós e não o que os outros queiram... dois, três, decidam por nós... Que nós queremos saber onde vamos, porque vamos, e se queremos ir e se não queremos ir, não que ninguém nos leve como gado para qualquer lugar, mas porque queremos ir. Sempre digo isso para eles... não venha um *puntero* dizer para a gente, “Amanhã, temos que ir para esse lado”, e todo mundo vai para esse lado, mas quando alguém vem e pergunta “Por que estão desse lado?”, “Não sei, me trouxeram”. A gente tem que perguntar por que, para que, e se é bom para nós, se vale a pena ir para esse lado, não ir porque passou pela cabeça de alguém, e saber que não é necessário ser universitário e ter muito, muito, muito estudo para aprender um montão de coisas. Porque nós fazemos... Ou seja, a cada dia aprendemos muitas coisas, que por aí a gente não se dava conta, mas agora sim, ou seja, eu me dei conta de um montão de coisas. (*Ibidem*)

Nota-se como os piqueteiros entrevistados fazem referências à maturidade política adquirida com a militância no movimento, mas ao mesmo tempo des-

17
2008.

GARCÍA, V. (MTD Lugano). Entrevista de história de vida de concedida à autora. Buenos Aires, março de

tacam mudanças que se referem à sua fruição do cotidiano e como estas também foram proporcionadas pelo movimento. Num primeiro momento, essas transformações podem ser espontâneas, como às que concernem aos ritmos desregulados no funcionamento da casa, devido ao tempo que deve ser dedicado à organização, mas isso também se deveu a uma escolha de tipo moral, e além do quê, essas mudanças no ritmo cotidiano familiar também levaram os depoentes a questionar valores ou padrões de conduta tão arraigados e naturalizados como o machismo.

Os MTD ressignificam a inscrição territorial. O espaço do bairro continua sendo primordial para a ação política dos piqueteiros, mas a “lógica do caçador” não é seu guia.

Consideramos oportuna a qualificação feita por Gramsci acerca de três momentos nas relações de forças políticas:

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo; um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros de um grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupos meramente econômicos, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. [...] O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”. (GRAMSCI, 2000, p. 41)

Os grupos subalternos podem, ocasionalmente, unir-se de forma parcial, em torno de algumas demandas pontuais, no nível econômico-corporativo. Ou se organizarem de um ponto de vista de classe, a partir do momento em que se estabelece uma solidariedade de interesses do grupo como um todo, interesses que podem continuar tanto no plano meramente econômico ou mover-se na ampliação de direitos dentro do marco legal existente, quanto evo-

luir e alcançar um momento ético-político, o que inclui, além das lutas civis e econômicas, a construção de projetos de sociedade futuros.

A inscrição territorial que surge nos anos 1980 situa-se, a nosso ver, no que Gramsci definiu como âmbito econômico-corporativo. Já na organização política territorial dos piqueteiros, nascida em meados da década de 1990, percebemos a disposição de atuar como classe.

Nos MTD, o desemprego é identificado como um problema social e não como falha individual. Esse é um passo importante para a luta coletiva de trabalhadores desempregados, mas não é suficiente. De acordo com entrevistas trabalhadas por Gabriel Kessler (2007) com desempregados (não organizados), tal assimilação não fez com que estes buscassem soluções conjuntas para a questão. Desta maneira, para a organização destes trabalhadores, é necessário outro passo, que está posto na avaliação do inimigo com o qual se deve combater para escapar dessa situação de extrema precarização: em vez de a luta dirigir-se no plano meramente individual da concorrência entre trabalhadores no mercado de trabalho, qualificam como responsáveis pelas agruras por que passam – corretamente ou não – o Estado, as grandes organizações financeiras, os grandes conglomerados que adotaram a organização da “empresa enxuta”, o neoliberalismo ou mesmo o capitalismo, e é contra estes que uma ação conjunta do desempregados deve se voltar a fim de recuperar antigos direitos e / ou lutar por novos. Há a compreensão, neste caso, de que se lançar no jogo da competição intra-classe é uma resposta inócua às transformações postas em curso pelos projetos de hegemonia burguesa, que não coloca em questão o processo de precarização do trabalho.

[...] o MTR é um movimento social, mas com intencionalidade política. E é assim porque nos demos conta de que o desemprego não é um castigo divino, nem um problema do azar, mas sim, o produto de uma política deliberadamente executada. E é assim, é indubitável que o desemprego não pode ser revertido se não através de outra política que, claramente, há que organizar. (MARTINO, 2002, p. 171)

Os indivíduos que vieram a integrar as organizações piqueteiras formulam um novo sentimento de pertencimento: não são mais apenas vizinhos de um bairro lutando por melhores condições de vida – reconhecem-se vizinhos e têm sua organização fincada nos bairros onde moram, mas lutam como parte de um grupo maior, um grupo de trabalhadores. Percebemos também como os MTD vêm superando elementos geradores de identidade negativos, como a miséria e o medo, em detrimento da construção de elementos positivos, ao redimensionar o papel político daqueles indivíduos que se inserem tortuosamente

mente no mercado de trabalho – desempregados, desempregáveis, virtualmente desempregados...

Jornais, panfletos e declarações de distintas organizações piqueteiras apresentam, em discurso coletivo, com quais grupos cada uma delas considera compartilhar experiências de luta e interesses comuns, assim como quais grupos possuem experiências sociais distintas que os fazem possuir outros interesses e sistemas de valores.

Em documento da Frente Popular Darío Santillán (FPDS), encontramos essa explicação para o “Popular” que compõe o nome da organização:

A denominação de Popular corresponde à apreciação de que em nosso país (e no mundo) as grandes transformações produzidas na economia capitalista nas últimas décadas, com a geração dos “abandonados” (caracterizados como populações excedentes), com a aparição de trabalhadores por conta própria e pequenos proprietários que são assalariados encobertos e profissionais proletarizados, que estabelecem novas formas de vinculação como exploração capitalista e, por outro lado, camadas de gerentes e burocratas que, sem ser donos dos meios de produção compartilham os benefícios do sistema, produziram-se mudanças que devemos considerar quando pretendemos caracterizar o sujeito das grandes transformações sociais.

Este sujeito já não pode se limitar à classe operária ocupada formalmente, mas abarca um conjunto de setores sociais que são vítimas diretas ou indiretas do capitalismo e que só podem se realizar como tais na medida em que protagonizem transformações revolucionárias, motivo pelo qual dizemos que o sujeito é plural e multissetorial, e o denominamos como povo trabalhador, ou como povo. Este reconhecimento da pluralidade do sujeito não atribui a todos os setores o mesmo peso estratégico, já que reconhecemos potencialidades diferentes de acordo com o lugar que ocupam na produção, suas possibilidades de acumular triunfos e se organizar, desde suas dimensões quantitativas e desde sua experiência de luta. (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, 2008)

A FPDS, organização autônoma em relação a partidos e sindicatos, tenta encampar com o termo “popular” o que considera um conjunto de setores sociais que emergiram com as transformações do capitalismo na contemporaneidade e que, juntamente à classe trabalhadora ocupada formalmente, seriam os sujeitos das “grandes transformações sociais”. Tais grupos seriam aqueles que conformam uma população excedente (“abandonados”), trabalhadores autônomos e pequenos proprietários (designados como “assalaria-

dos disfarçados”) e “profissionais proletarizados”. Para a FPDS, o sujeito que deverá protagonizar transformações revolucionárias é “plural”, “multissetorial”, e esse sujeito eles denominam de “povo trabalhador” ou “povo”. No excerto aqui reproduzido, notamos também que a FPDS entende que outros grupos sociais nasceram com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo que, apesar de não serem proprietários dos meios de produção, são beneficiados pelo sistema e, portanto, não compõem o “povo trabalhador” (os extratos gerenciais e burocráticos).

Pode-se objetar que o uso dos termos “povo” e “popular”, categorias com que trabalha a democracia burguesa, comprovaria justamente o contrário do que afirmamos sobre o fato de que os MTD construíram uma consciência de classe em suas experiências de luta. Entretanto, é nítido no documento citado que “povo” / “popular” não assume a acepção unificadora presente no uso da terminologia utilizado pela democracia burguesa. A nosso ver, os termos “povo” / “popular”, no documento citado, exprimem uma tentativa dessa fração do proletariado que conforma as organizações piqueteiras de, mediante as transformações nas relações de força no capitalismo contemporâneo e da emergência de novas clivagens no seio do proletariado, dar conta de um novo sujeito histórico, de definir quem é esse sujeito, tentando ultrapassar as visões de muitos intelectuais, partidos políticos de esquerda e sindicatos tradicionais que entendem que a classe trabalhadora só pode ser definida pelos trabalhadores ocupados (e pertencentes ao setor secundário, o operário em seu macacão azul com a chave de fenda numa das mãos) e que este é o único sujeito histórico protagonista de transformações sociais. É uma tentativa de incluírem-se como sujeitos da transformação social à qual aspiram – eles não apenas a desejam, mas também lutam por ela. Buscam escapar de conceitos que, em suas experiências sociais e culturais, acabaram por desconsiderá-los como sujeitos históricos (não são poucos os que consideraram os integrantes dos MTD como lumpesinato), como foi o caso do conceito de “classe operária” – ainda que em Marx e em muitos marxistas o conceito de classe não tenha sido trabalhado dessa forma tão restrita, foi justamente esta última que recobrou mais “popularidade”. O documento expressa – ainda que empregue o termo “povo” e não “classe” para definir o conjunto do proletariado, dos explorados que sustentam o sistema capitalista – uma visão nitidamente classista.

Encontramos inúmeros pronunciamentos e manifestações, por parte dos MTD, pela redução da jornada de trabalho, pelo reajuste do salário mínimo, pelo estabelecimento de um seguro desemprego, contra os cortes nos salários de funcionários públicos etc. Todas essas lutas são entendidas como plano de luta da classe trabalhadora em seu conjunto. Ao mesmo tempo, enfrentaram

muitas dificuldades de reconhecimento por parte dos sindicatos tradicionais do papel do trabalhador desempregado como agente político da classe trabalhadora¹⁸.

Os piqueteiros conformam um movimento de *resistência* às formas de sociabilidade e subjetividade alimentadas por princípios neoliberais e pela reorganização produtiva. Para uma parcela do movimento piqueteiro, majoritária, trata-se de resgatar o maior número possível de elementos que constituíam a sociedade salarial que alguns conheceram em sua própria experiência e que outros possuem apenas em uma memória transmitida pelas gerações passadas. Para outra parcela do movimento, minoritária, a luta maior passa por buscar outras formas de sociabilidade, que questionam até mesmo pilares do capitalismo, como é o caso do trabalho assalariado. Um notável exemplo foi o debate travado em torno da concepção de “trabalho digno”. A maioria das organizações piqueteiras considera que trabalho digno é o emprego formal, com todos os direitos garantidos (inclusive os perdidos, que devem ser reconquistados), em um ambiente em que o patrão reconheça o valor do trabalhador e o respeite. Contudo, as organizações autônomas, de forma geral, elaboraram outra concepção: trabalho digno é aquele em que não há exploração, isto é, “trabalho sem patrão”, “sem divisão hierárquica”. Ao trabalho formal, com patrão e com direitos, alguns designam como “trabalho genuíno”. Esse questionamento da naturalização do trabalho emerge da experiência nos projetos produtivos, onde esses movimentos buscam se guiar por princípios autogestionários.

Nós tentamos gerar projetos produtivos que não sejam pequenas empresas, com outras características, em que as relações de trabalho mudem, em que o essencial não seja a mercadoria, a troca da força de trabalho por dinheiro; é um projeto mais amplo. [...] Nós tentamos recuperar, criar outros valores culturais, éticos, outra sabedoria, a criatividade. [...] Eu acho que uma coisa é pedir trabalho, inclusive trabalho genuíno, e outra coisa é pedir trabalho e dignidade. Não digo que seja indigno, por exemplo, pedir trabalho na Repsol, ou que te dêem melhores salários. Mas o que é indigno é a exploração. E me parece que temos que começar a gerar outras relações. Nós não temos a ideia acabada de quais são as formas de produção que queremos gerar, mas o que, sim, temos bem claro, é que não queremos gerar relações de exploração (MTD SOLANO y COLECTIVO SITUACIONES, 2002, p. 68-69).

18

Michel Pialoux e Stéphane Beaud, em entrevista à revista *Tempo Social*, v. 18, n. 1, atestam em suas análises sobre a condição operária a partir da década de 1980 na França as dificuldades de os sindicatos lidarem com a desestabilização de antigas formas de resistência e de reconhecerem novas.

Considerações finais

É patente como, a partir de fins da década de 1960, as relações de força política, em âmbito global, vêm se transformando intensa e velozmente. Com a crise do Estado de bem-estar social e da forma de organização taylorista-fordista do trabalho, foram frequentes e massivas as afirmações sobre o ocaso da classe trabalhadora, sobre o quanto havia se tornado sem sentido entender e / ou articular as ações políticas dos sujeitos em termos de classe, e sobre a consequente perda do protagonismo desse sujeito social no curso dos acontecimentos históricos. A crescente notoriedade alcançada por movimentos sociais cujas causas gravitam em torno das chamadas “políticas de identidade” foi celebrada por muitos analistas, que defendiam que a noção de “política de identidade” seria mais democrática que noções como classe, ao celebrar as diferenças de gênero, etnia, sexualidade, não permitindo que se estabelecessem relações de dominação e opressão entre as diversas identidades. A democracia ideal uniria seres humanos diferentes, todos livres, iguais, com a aceitação das diferenças. É certo que uma comunidade de fato democrática deve celebrar diferenças de estilo de vida, de gênero, etnia, sexualidade, mas como celebrar “democraticamente” a diferença de classes (WOOD, 2003)?

Os movimentos piqueteiros, no nosso entender, são uma evidência histórica de que os conflitos de classe seguem sendo pungentes no capitalismo contemporâneo. E as organizações de trabalhadores – empregados ou não, homens ou mulheres, temporários, *part-time*, rural ou urbano, do setor secundário ou terciário etc. – são fundamentais para a construção de um mundo mais democrático. Se a morfologia dos mundos do trabalho que passa a vigorar a partir dos anos 1970 é muito mais heterogênea (ANTUNES, 2005), nada mais natural que os conflitos e tipos de movimentos levados a cabo pela classe trabalhadora passem a ser muito mais diversificados.

Uma análise dos MTD nos dá um exemplo das possibilidades de novas formas de resistência decorrentes da reconfiguração do processo produtivo e do Estado e suas funções e também pode contribuir para a apreciação histórica das transformações e permanências da dinâmica das relações de força entre trabalho e capital no capitalismo contemporâneo ao repensar a categoria de exército industrial de reserva como subjetividade residual na luta de classes.

Referências

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BERGEL, P. Nuevas formas asociativas: asambleas vecinales y movimientos de trabajadores desocupados. In: BOMBAL, I. G. (Org.). **Nuevos Movimientos Sociales y ONGs en la Argentina de la Crisis**. Buenos Aires: CEDES, 2003. p. 81-110.

BIALAKOWSKY, A. et al. Proceso de trabajo y padecimiento en la exclusión social. **Herramienta**, Buenos Aires, n. 15, 2001.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DELAMATA, G. **Los barrios desbordados**: las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

FERRARA, F. **Más allá del corte de rutas**: la lucha por una nueva subjetividad. Buenos Aires: La rosa blindada, 2003.

FERRERAS, N. **No país da cocanha: aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)**. Tese (Doutorado em História), Campinas, SP: Unicamp, 2001.

FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN. ¿Qué es el Frente Popular Darío Santillán, 10/02/2007, In: Portal Frente Popular Darío Santillán, Disponível em: <<http://www.frentedariosantillan.org>.> Acesso em 22/01/2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUTIÉRREZ, L.; ROMERO, L. A. **Sectores populares, cultura y política**: Buenos Aires en la entreguerra. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

HOBSBAWM, E. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KESSLER, G. Algunas implicancias de la experiencia de desocupación para el individuo y su familia. In: BECCARIA, L.; LÓPEZ, N. (Orgs.). **Sin trabajo: las características del desempleo y sus efectos en la sociedad argentina**. Buenos Aires: Unicef/ Losada, 1997. p. 111-160.

MARTINO, R. (MTR). Presentación de estudios de caso sobre organizaciones de trabajadores desocupados. Seminario organizado por el Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), 5 de dezembro de 2002 In: BOMBAL, I. G. (Org.). **Nuevos Movimientos Sociales y ONGs en la Argentina de la Crisis**. Buenos Aires: CEDES, 2003. p. 154-187

MASSETI, A. **Piqueteros: Protesta social e identidad colectiva**. Buenos Aires: De las Ciencias, 2004.

MAZZEO, M. **Piqueteros: notas para una tipología**. Buenos Aires: FISyP / Manuel Suárez, 2004.

MERKLEN, D. **Pobres ciudadanos**: las clases populares en la era democrática (Argentina, 1983-2003). Buenos Aires: Gorla, 2005.

MTD ALMIRANTE BROWN. Los Movimientos de Trabajadores Desocupados y la construcción del poder popular. **Herramienta**, Buenos Aires, n. 21, 2003,

NEVES, Renake Bertholdo David das. De vizinhos a piqueteiros: movimentos de trabalhadores...

MTD Quilmes. **Detrás del Pikete**, Quilmes, n. 1, dez., 2002.

MTD SOLANO y COLECTIVO SITUACIONES. **Hipótesis 891: más allá de los piquetes**. Buenos Aires: De mano en mano, 2002.

NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

RAPOPORT, M. **Historia económica, política y social de la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.

SVAMPA, M. Las fronteras del gobierno Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo. **Cuadernos del CENDES**, Buenos Aires, n. 65, may-ago 2007.

SVAMPA, M.; PEREYRA, S. **Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Agradecimentos

Às agências de fomento: CNPq e FAPERJ - Doutorado no país – GD / Bolsa Nota 10 (DsC).

Submissão em: 04/03/2015

Aceite em: 18/08/2016

Renake Bertholdo David das Neves é doutora em História pelo PPGH-UFF, vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da Universidade Federal Fluminense - NIEP-Marx / UFF. Endereço para correspondência: NIEP-Marx / UFF. Rua Visconde do Rio Branco s/nº, São Domingos, UFF, Campus Gragoatá, Bloco F, sl 519. Niterói/RJ, Brasil.
E-mail: renake@yahoo.com